

A REPRESENTATIVIDADE DA COMUNIDADE LGBTQIA+ NA POLÍTICA BRASILEIRA: REFLEXÕES PARA UMA LEITURA E ESCRITA DE MUNDO COM MATEMÁTICA

DOI: <https://doi.org/10.33871/22385800.2023.12.28.175-197>

Denner Dias Barros¹

Resumo: Historicamente, o cenário político brasileiro foi ocupado por um único grupo social, sendo constituído majoritariamente por representantes homens, cisgênero, heterossexuais, brancos e em posições financeiras confortáveis. Buscando transformar esse contexto, os movimentos sociais se articulam para que os grupos sub-representados conquistem espaço na difícil tarefa de ocuparem estes espaços para legitimar a importância de pautas inclusivas e lutar por políticas públicas que prezem por uma sociedade com mais equidade e justiça. Neste contexto, a comunidade LGBTQIA+ luta constantemente pelo direito de pessoas com gêneros e sexualidades dissidentes serem e existirem em suas particularidades e diferenças. Considerando tais pressupostos, o objetivo deste trabalho é compreender como a matemática pode colaborar com um processo de leitura (compreensão) e escrita (transformação) de mundo acerca das questões de representatividade da comunidade LGBTQIA+ no cenário político brasileiro. Com tal finalidade, foram realizadas rodas de conversa em uma casa de acolhimento LGBTQIA+ para discussão sobre esta temática. Nesse processo, a matemática foi fundamental para comparação de dados e reflexão sobre uma representação justa e paritária. Foi possível perceber que apesar de pequena, a presença política das pessoas LGBTQIA+ é essencial e tem crescido nas últimas eleições. Além disso, a representatividade desse grupo auxilia na constituição de *foregrounds*, ou seja, das perspectivas futuras das pessoas desta comunidade que começam a ver estes espaços como sendo possíveis.

Palavras-chave: Representatividade. Comunidade LGBTQIA+. *Foregrounds*. Educação Matemática para Justiça Social.

THE REPRESENTATION OF THE LGBTQIA+ COMMUNITY IN BRAZILIAN POLITICS: REFLECTIONS FOR READING AND WRITING THE WORLD WITH MATHEMATICS

Abstract: Historically, the Brazilian political scene was occupied by a single social group, consisting mostly of male, cisgender, heterosexual, white representatives in comfortable financial positions. Seeking to transform this context, social movements articulate themselves so that underrepresented groups gain space in the difficult task of occupying these spaces to legitimize the importance of inclusive agendas and fight for public policies that value a society with more equity and justice. In this context, the LGBTQIA+ community constantly struggles for the right of people with dissident genders and sexualities to be and exist in their particularities and differences. Considering these assumptions, the objective of this work is to understand how mathematics can collaborate with a process of reading (understanding) and writing (transformation) of the world on issues of representation of the LGBTQIA+ community in the Brazilian political scenario. For this purpose, conversation circles were held in an LGBTQIA+ shelter to discuss this topic. In this process, mathematics was fundamental for comparing data and reflecting on a fair and equal representation. It was possible to perceive that, despite being small, the political presence of LGBTQIA+ people are essential and has grown in the last elections. In addition, the representation of this group helps in the constitution of *foregrounds*, that is, the future perspectives of the people of this community who begin to see these spaces as being possible.

¹ Doutor em Educação Matemática pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista – Unesp – Rio Claro/SP. Professor Adjunto do departamento de Matemática da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO – Rio de Janeiro/RJ. E-mail: denner.barros@uniriotec.br - ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8108-022X>

Keywords: Representation. LGBTQIA+ community. Foregrounds. Mathematics Education for Social Justice.

Introdução

O Brasil é um país caracterizado por sua diversidade oriunda das diferentes culturas que contribuíram para a formação da nossa. Entretanto, quando investigamos os espaços de representação, especialmente o político, foram historicamente ocupados de forma majoritária por um único grupo. Ao fazermos um recorte para a comunidade LGBTQIA+², temos Jean Wyllys do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) como um dos primeiros representantes políticos assumidamente gay e defensor das pautas da comunidade LGBTQIA+ na Câmara dos Deputados, com seu primeiro mandato em 2010. Em 2014, foi o sétimo mais votado do estado do Rio de Janeiro e foi reeleito pela terceira vez em 2018. Entretanto, em janeiro de 2019, o deputado federal decidiu renunciar ao cargo após sofrer inúmeras ameaças que atentavam contra sua vida e de sua família e deixou o país³.

Em uma reportagem publicada no início de seu primeiro mandato pelo jornal Estado de Minas⁴, o parlamentar foi comparado com Harvey Milk, o primeiro representante LGBTQIA+ eleito para um cargo político na Califórnia, tanto pelo ineditismo, como pela importância histórica de sua eleição. Milk foi responsável pela aprovação de uma lei sobre os direitos da população LGBTQIA+ para a cidade de São Francisco. Ele ficou apenas 11 meses no cargo, pois foi brutalmente assassinado por um outro político da cidade.

No contexto brasileiro, em 2019, o único representante assumidamente LGBTQIA+ dentre 513 deputados que configuravam os representantes da Câmara teve de deixar seu cargo por não se sentir seguro ao defender as pautas que acreditava. Quem assumiu a vaga de Jean Wyllys foi o deputado David Miranda do Partido Democrático Trabalhista (PDT) que também é assumidamente gay e defende as mesmas pautas. Apesar de pequena (1 em 513 ou aproximadamente 0,19%), essa representação é fundamental. De acordo com Young (2006), é consenso entre os pesquisadores das ciências sociais que os membros de grupos sociais menos privilegiados estão sub-representados atualmente nas estruturas ditas democráticas.

² Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis, transexuais, queer, intersexos, agêneros, assexuais e mais. Esta sigla denota a comunidade constituída por pessoas que não se identificam com o padrão heterossexual e/ou cisgênero.

³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/com-medo-de-ameacas-jean-wyllys-dopsol-desiste-de-mandato-e-deixa-o-brasil.shtml>.

⁴ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2011/03/06/interna_politica,213657/jeanwyllys-levanta-bandeira-lgbt-na-camara-e-compra-briga-com-bancada-evangelica.shtml.

Na maior parte dos sistemas políticos, as mulheres ocupam uma pequena proporção dos cargos públicos eleitos, bem como estão relativamente pouco presentes nas posições de poder e influência na vida pública e privada de modo geral. Grupos culturais minoritários e aqueles situados em posições raciais desvalorizadas também costumam carecer de voz política efetiva (YOUNG, 2006, p. 169).

Para muitos grupos, estar nesses espaços nunca foi uma opção, já que existe um certo padrão quando se pensa em representante político, como sendo homem, cisgênero, branco, heterossexual e rico. Entretanto, quando temos exemplos de pessoas que desbravam estes espaços, como no caso de Jean Wyllys acabam por sofrer ataques e ameaças, mas o que motiva isso? E, quais as consequências?

Não nos esquecemos de Marielle Franco (PSOL-RJ), 38 anos, mulher, negra, pertencente à comunidade LGBTQIA+, foi a quinta vereadora mais votada na cidade do Rio de Janeiro/RJ nas eleições de 2016. Ela liderou diversas lutas, dentro e fora da câmara de vereadores do Rio em busca de uma sociedade com mais equidade e respeito às diferenças. No dia 14 de março de 2018, Marielle e seu motorista Anderson foram assassinados brutalmente, vítimas de um crime de ódio com 13 tiros. Mais de quatro anos depois, continuamos sem uma resposta para as perguntas: Quem mandou matar Marielle Franco? Por que ter uma mulher negra e LGBTQIA+ no poder incomoda?

Estes crimes de ódio e muitos outros que poderiam ser citados suscitam indignação e diversos questionamentos acerca da sociedade e como às pessoas lidam com as diferenças, não apenas nos espaços políticos. Os grupos sub-representados sofreram e têm sofrido situações de exclusão, opressão e injustiça em nosso país. Entretanto, não devemos assumir uma postura fatalista e definitiva, mas compreender que através dos espaços de luta, essa perspectiva de que determinados grupos não têm o direito de existir em alguns espaços pode e deve ser desnaturalizada. O termo sub-representados pode ser relacionado justamente com o fato destes grupos serem entendidos como não-pertencentes em alguns espaços e são colocados, muitas vezes, em situação de opressão pelas relações de poder estabelecidas.

Para conceituar de forma mais aprofundada a ideia de sub-representação, devemos refletir sobre o que se entende por representar. Young (2006) aponta que representar diz de um relacionamento entre atores políticos que estão articulados em um processo que está configurado espacialmente e temporalmente e que traz tanto oportunidades quanto riscos. E, estas representações se tornam necessárias pela forma como a nossa vida em sociedade está configurada.

Nenhuma pessoa pode estar presente em todos os organismos deliberativos

cujas decisões afetam sua vida, pois são inúmeros e dispersos. Ainda que as expectativas possam ser frustradas, um cidadão espera que outros pensem situações como a dele e as representem nos respectivos fóruns de discussão (YOUNG, 2006, p. 144).

A representação se configura como uma relação complexa que retrata uma proximidade e contato entre um representante e um determinado grupo. Sendo assim, a relação se torna mais crítica quando pensamos em grupos sociais menos privilegiados, pois estes estão constantemente lutando por mais espaços na sociedade e possuem pautas que muitas vezes não retratam apenas a necessidade de melhorias, mas a garantia da própria existência. Portanto, a busca por mais representação é uma das demandas destes grupos que buscam por uma sociedade com mais equidade. Essa mudança só será consequência de desenvolvimento de uma consciência crítica referente aos problemas sociais e na efetivação de ações que objetivam transformações.

A busca por maior representatividade de grupos que foram historicamente marginalizados não é um processo simples, pois envolve luta e quebra de um paradigma estabelecido e enraizado na sociedade. Como afirma Young (2006) é natural que estes grupos se afastem de espaços que não são entendidos como sendo possíveis para eles.

Quando há uma história de exclusão ou marginalização de certos grupos da influência política, membros desses grupos tendem a se desafeioar do processo político: podem ficar apáticos ou se recusar terminantemente a se engajar com outros para tentar resolver problemas compartilhados. Sob tais circunstâncias, a representação específica de grupos desfavorecidos estimula a participação e o engajamento (YOUNG, 2006, p. 174).

Neste sentido, Pereira (2017) afirma que é inquestionável a predominância dos homens brancos, cisgênero e heterossexuais nas instituições representativas pela naturalidade em que são vistos ocupando tais lugares, mas esse cenário não representam a pluralidade da população brasileira. No que diz respeito ao fato de outros grupos, como a comunidade LGBTQIA+, se afastarem destes espaços, o autor apresenta algumas hipóteses, como a assimetria da democracia brasileira que privilegia determinados grupos em detrimento de outros; os impactos das estruturas sociais que excluem determinados grupos da participação ativa na política eleitoral; a predominância de uma cultura masculinizada e heterossexual na esfera pública; a falta de recursos (dinheiro, tempo livre e rede de contatos) para disputa dos cargos; o fato da sexualidade, predominantemente a heterossexual, ter sido tratada historicamente como sendo uma dimensão íntima (e não política) da vida; as pautas da comunidade LGBTQIA+ não representam um capital político atrativo comparado com outras como educação e segurança.

Além disso, as pessoas LGBTQIA+ não têm enxergado na política um horizonte de possibilidades alcançáveis e concretas (PEREIRA, 2017), seja pelos números apresentados da baixa presença de representantes destes grupos nestes espaços ou pela dificuldade na aprovação de pautas que são necessárias para esta comunidade. Essas questões podem ser entendidas como sendo barreiras para construção dos *foregrounds* destas pessoas que podem não lutar por uma mudança deste paradigma pela forma como a representatividade se mostrou comprometida para estes grupos marginalizados durante a história.

Considerando o caráter crítico e social da matemática, Gutstein (2006) ressalta que essa ciência pode auxiliar em um processo de leitura e escrita de mundo, na qual a leitura se refere a compreensão da realidade e a escrita contempla a efetivação de ações de transformação. O autor afirma em entrevista para Moura e Faustino (2017), que esse processo nos educa para os problemas globais ou locais e nos ajuda a compreendem como podem ser estudados com a matemática para uma educação que extrapola o ambiente escolar.

Levando em conta esta questão, neste trabalho buscou-se realizar discussões com membros da comunidade LGBTQIA+ sobre como se dá a representatividade deste grupo, principalmente pensando em espaços políticos. A matemática se fez presente durante as discussões para potencializar as reflexões e colaborar na compreensão do panorama atual para poder refletir possibilidades de mudanças.

Com o intuito de discutir essas questões, durante a pesquisa de doutorado (BARROS, 2021), foi proposta uma roda de conversa em uma casa de acolhimento LGBTQIA+ chamada Casassa na cidade de Presidente Prudente/SP⁵, na qual a matemática esteve presente com o objetivo de embasar e promover discussões que ajudaram nos questionamentos feitos a respeito da representatividade (ou falta dela) para esta comunidade.

Algumas questões estiveram latentes e motivaram essa roda de conversa, por exemplo, como realizar transformações se a sociedade está construída através de relações de poder historicamente estabelecidas? A lógica a qual está construída permite que essas estruturas se perpetuem. O que acontece quando pessoas que não pertencem a ela começam a ocupá-la? É possível um cenário diferente?

Na sequência, são apresentadas mais informações sobre o contexto da pesquisa e reflexões a respeito da representatividade que partem do cenário da Câmara dos Deputados, considerado espaço de representação dos interesses do povo. A investigação proposta na roda

⁵ A Casassa foi uma casa de acolhimento que oferecia moradia, para pessoas que foram expulsas de suas casas por sua sexualidade e/ou identidade de gênero e espaço de encontro para pessoas LGBTQIA+ de Presidente Prudente/SP. A história da Casassa está descrita em Barros (2021).

de conversa será narrada e analisada através de recortes das falas dos participantes. Contudo, o objetivo deste artigo é compreender como a matemática pode colaborar com um processo de leitura (compreensão) e escrita (transformação) de mundo sobre as questões de representatividade da comunidade LGBTQIA+ no cenário político brasileiro⁶.

Discutindo a questão da representatividade com a comunidade LGBTQIA+

A roda de conversa foi realizada no dia 05 de setembro de 2019 na Casassa. No total, participaram 16 pessoas, incluindo o pesquisador (Denner), voluntários da Casassa (Camila⁷, José, Karla e Olga), os acolhidos (Silvia e Carlos) e pessoas interessadas da comunidade (Ana, Lucas, Nádia, Gustavo, Manuela, Mário, Juliana, Tamires e Kelly).

Para a elaboração da roda de conversa, que foi feita em parceria com o orientador da pesquisa, Ole Skovsmose, e demais colegas do Grupo de Pesquisa em Educação Matemática e Inclusão – Épura da Unesp de Rio Claro/SP, foram considerados os preceitos da leitura e escrita de mundo com a matemática, na qual os estudantes podem refletir através de conceitos matemáticos sobre a realidade em que vivem, compreender injustiças, idealizar e promover mudanças. Para Gutstein (2006), a matemática tem este potencial transformador de permitir que possamos olhar para a sociedade, sua estrutura, seus problemas e pensar em soluções.

A investigação foi dividida em três momentos: Primeiro, uma reflexão mais ampla do conceito de representatividade, a partir das experiências dos participantes. Depois disso, foram feitas discussões mais específicas da representatividade na política e, através de um trabalho organizado em grupos envolvendo matemática, todos puderam pensar na presença de grupos sub-representados em espaços políticos, com um olhar mais específico para o Congresso Nacional após as eleições de 2018. O último momento da roda de conversa foi baseado em um vídeo acerca de um debate sobre o uso de banheiros públicos por pessoas transgênero e um texto do livro “Quem tem medo do feminismo negro?” de Djamila Ribeiro (2018). Estes três momentos são descritos de forma detalhada na sequência, com seus desdobramentos.

Representatividade LGBTQIA+ e *foregrounds*

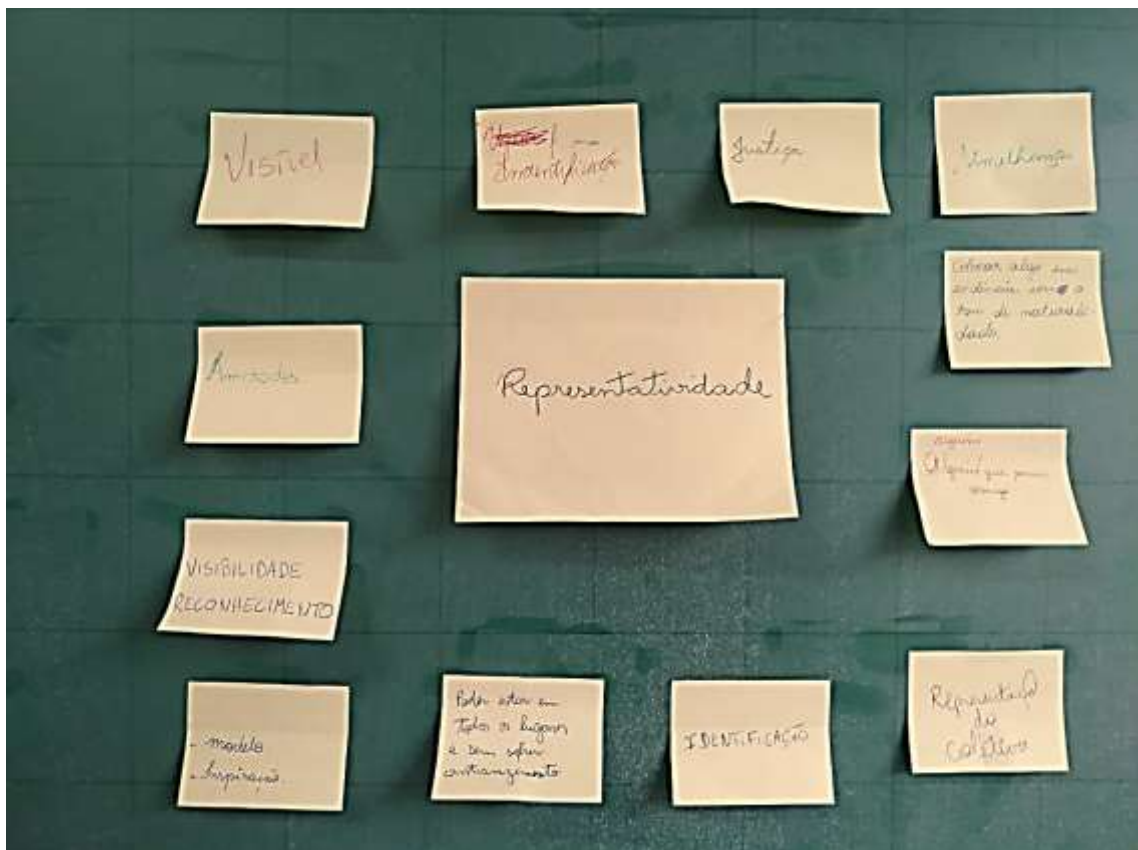
Com o objetivo de entender que perspectivas os participantes tinham do tema do

⁶ Uma versão preliminar desse artigo está presente na tese (Barros, 2021)

⁷ Os nomes dos participantes, com exceção do pesquisador, são fictícios para preservar a identidade. Todos assinaram termo de consentimento e a pesquisa passou por apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa sob o número de registro na Plataforma Brasil – CAEE: 13804419.0.0000.5465 e aprovação com o parecer número 3.497.376.

encontro, a palavra “representatividade” figurou no meio da lousa presente no espaço em que realizamos a roda de conversa em uma área externa da Casassa. Foi entregue para cada participante um pequeno papel adesivo e solicitado que escrevessem o que lembravam quando pensavam na palavra que estava no quadro. Após alguns minutos, todos os participantes entregaram suas respostas sem identificação que foram dispostas ao redor da palavra principal, conforme a Figura 1.

Figura 1: Palavras e frases relacionadas com o tema “representatividade”.



Fonte: Acervo do pesquisador.

Os participantes presentes indicaram os seguintes termos ou expressões: Visível; Identificação; Justiça; Semelhança; Colocar algo em evidência com o tom de naturalidade; Alguém que parece comigo; Representação do Coletivo; Identificação; Poder estar em todos os lugares e sem sofrer constrangimento; Modelo, Inspiração; Visibilidade, Reconhecimento; Amizades.

Através das palavras apontadas, podemos perceber que os participantes relacionaram a representatividade com a sociedade, a garantia de uma plena participação com segurança, relações de poder e justiça. Além disso, ao dizerem “colocar algo em evidência com o tom de naturalidade” expressam uma ordem natural que diz quem pode ocupar determinados espaços

sem provocar estranhamento (que podem levar até a situações extremas de violência, como retratadas na introdução deste artigo). Por isso, o representante, principalmente de grupos sub-representados, desempenha um papel importante frente ao grupo que representa, já que muitas vezes supera barreiras. Porém, o grupo também deve ser ativo neste processo para garantir que a representação seja efetiva.

O representante tem sua responsabilidade diante do grupo que representa ao se informar e prestar contas, mas os representados também têm responsabilidade de subsidiar o representante com informações e opiniões e cobrar quanto a sua atuação. A qualidade da representação depende deste trabalho em via de mão dupla (SERAFIM; SANTOS, 2008, p. 3).

No ano de 2018, apesar de não terem ocorrido mudanças significativas no cenário representativo das estruturas dos poderes públicos do Brasil, houve pela primeira vez a eleição de um senador gay, Fabiano Contarato do Partido dos Trabalhadores (PT), pelo estado do Espírito Santo e de três deputadas estaduais transgênero. A eleição de Erika Hilton, Érica Malunguinho, e Robeyoncé Lima (todas integrantes do PSOL) foi noticiada, principalmente pela comunidade LGBTQIA+ como uma grande conquista que sem dúvidas deve ser ressaltada. Porém, ao pensar neste pioneirismo, é preciso questionar o motivo de que apenas em 2018 este feito ter sido alcançado.

Nos regimes democráticos, é cada vez mais perceptível a superrepresentação de segmentos e interesses em detrimento de grupos excluídos das instituições representativas liberais. É possível dizer que trabalhadores/as, mulheres, população negra e lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), só para citar alguns grupos, são obstados de ocupar espaços de poder tanto pela dinâmica da exclusão social quanto pelos filtros institucionais que tendem a reproduzir as desigualdades sociais na esfera pública e na política eleitoral (PEREIRA, 2017, p. 121).

A respeito do início tardio de participação da comunidade LGBTQIA+ podemos dizer que ela está relacionada com o avanço do próprio movimento em contraponto à uma sociedade construída sob pressupostos elitistas e excludentes. Porém, durante um dos períodos mais difíceis para os grupos sub-representados, a ditadura militar no Brasil, um movimento de resistência se intensificou contra os inúmeros ataques sofridos. A participação e engajamento político se mostraram vitais diante de um cenário que se perpetua, mesmo que de maneira menos explícita e, até hoje, coloca o país como recordista no número de assassinatos de pessoas LGBTQIA+ (BENEVIDES, 2023).

Prosseguindo com a roda de conversa, os participantes foram questionados sobre esta presença maciça de pessoas pertencentes a um grupo específico e, prontamente responderam

que são geralmente estes “homens”, “ricos” e “brancos” que ocupam os espaços políticos e de tomada de decisão. E, então, o que acontece quando outras pessoas começam a ocupar estes espaços ao qual nunca ou pouco pertenceram?

Camila: Um movimento de exclusão.

Gustavo: Essas pessoas (que já estavam lá) podem se sentir ameaçadas com a chegada desses grupos.

Camila: É o medo do desconhecido. É muito mais fácil aquilo que eu não conheço ficar distante de mim e eu sem conhecer e ficar na ignorância.

Olga: Para mim é o medo, principalmente por não compreender que existe espaço pra todo mundo. Então, o outro se torna uma ameaça. É como se você fosse perder o seu poder. Se o outro está ali e ele é diferente de você, ele vai te tomar alguma coisa. Imagine para esse modelo de homem, branco, heterossexual e rico, principalmente na política, ter vivido por tanto tempo nesse lugar de poder e, agora, ter pessoas que sempre foram para ele categorias inferiores ameaçando seu espaço.

Lucas: Concordo com a Olga. Vejo como um problema de disputa de poder mesmo. A maior parte da população tem esses preconceitos no que diz respeito a participação de grupos, como os LGBTQIA+ nos espaços públicos. Elas se sentem ameaçadas por acreditar que de alguma forma elas vão perder direitos. [...] Não é visto como um acréscimo, mas uma retirada de direitos.

Os apontamentos dos participantes estão em consonância com reflexões feitas por Djamilia Ribeiro em seu livro “Quem tem medo do Feminismo Negro?”. A autora apresenta uma coletânea de textos escritos por ela que discutem questões sociais relacionadas com a presença das mulheres negras em diferentes contextos. No texto “Uma mulher negra no poder incomoda muita gente”, a autora conta a história de Tyrus Byrd, uma missionária e escritora da cidade de Parma, Missouri, nos Estados Unidos, de aproximadamente 700 habitantes. Tyrus concorreu em 2015 e venceu as eleições para prefeita por 37 votos do antigo prefeito que ficara 37 anos no poder.

Após a primeira mulher negra assumir este cargo na cidade, muitos funcionários e servidores públicos pediram demissão, alegando “questões de segurança”. Ribeiro (2018) questiona: “Afim, o que pode haver de tão assustador no fato de uma mulher negra governar a cidade?” (p. 59). A autora nos convida para questionar esta ação machista e racista cometida por estes funcionários, todos homens brancos. Entretanto, coloca em discussão:

[...] também vejo um lado positivo nisso tudo: se uma mulher negra no poder assusta tanto a ponto de servidores públicos se demitirem, é porque se está desnaturalizando o lugar de submissão que foi construído para nós, por julgarmos que certos espaços não nos pertencem (RIBEIRO, 2018, p. 59).

São casos como o de Jean Wyllis, Marielle Franco, Harvey Milk e Tyrus Byrd, que nos fazem afirmar que uma pessoa LGBTQIA+ no poder incomoda. Porém, o maior problema é

que este incômodo pode ser o suficiente para promover ameaças e inclusive matar.

Em seguida, na roda de conversa, pensamos na representatividade na mídia. O conservadorismo pautado em questões religiosas foi relatado como motivo para que pessoas LGBTQIA+ não estejam tão presentes nestes espaços e que um beijo gay na TV ou a presença de uma personagem transgênero ainda seja um tabu.

Karla: Quando incomodam neste caso eu já acho que é preconceito mesmo. Os defensores da moral e dos bons costumes acham que os LGBTQIA+ na mídia podem influenciar outras pessoas. É aquela história “meu filho vai ver um gay na TV e vai querer se gay também”.

Nádia: Fomos criados em uma sociedade muito restritiva e conservadora. A religião também entra no meio. Até os que não são religiosos fazem isso. Criam os filhos para não serem diferentes.

Lucas: Ainda existe um pensamento muito conservador no Brasil. As pessoas veem essas intervenções na mídia como um ataque ao pensamento conservador e à família tradicional brasileira. Eu acho importante ter representatividade na mídia e na cultura POP para tornar isso mais natural para as pessoas.

Aos poucos, transgredimos esse espaço e é evidente que existe um movimento crescente contrapondo esta lógica. Na roda de conversa surgiram nomes de pessoas potentes com a ascensão de artistas na música como Pablo Vittar, Glória Groove, Liniker, Ludmilla, atores e atrizes como Marco Nanini, Paulo Gustavo e Glamour Garcia e apresentadoras como Fernanda Gentil. A presença destas pessoas nestes espaços faz com que a comunidade LGBTQIA+ possa se ver cada vez mais ocupando estes lugares e ampliando sua representatividade. Olga relata sobre a importância de ver uma pessoa “parecida com ela” nestes espaços.

Olga: Toca muito na questão da inspiração. “Se essa pessoa que é como eu é capaz, eu também sou capaz”. Eu acho que é muito inspirador nesse sentido. Acho que esse é o papel da representatividade, eu ver uma pessoa que é igual a mim fazendo uma coisa, ocupando um espaço ou tendo sucesso de alguma forma e isso me faz ter a motivação de achar que posso. Isso é bem importante dentro do contexto social que diz para o LGBTQIA+ o tempo todo que ele não pode, que está errado, que não tem competência, que não deveria estar ali e algumas vezes que ele não deveria nem existir, se curar ou algo do tipo.

Camila: O LGBTQIA+ é visto como “errado”. Quando você coloca que o LGBTQIA+ é aquela bicha escandalosa numa novela que só serve para ser chacota, você está dizendo que ser gay só pode ser daquele jeito. A pessoa que se baseia no senso comum e não vai atrás e não quer mais saber, vai tomar aquilo como a única verdade. A representatividade, no meu ponto de vista, ela existe, só que a forma como ela é empregada pode determinar tanto essa forma de inspiração, de “se ele consegue ser desse jeito, eu também consigo”, mas pode ser ruim também.

Através das falas apresentadas, é possível refletir como a representatividade pode influenciar na constituição de *foregrounds*. Skovsmose (2018) ressalta como a nossa

intencionalidade pode ser direcionada de acordo com o modo como enxergamos os nossos horizontes futuros. Ou seja, um futuro que eu enxergo como possível para mim, depende de diversos fatores, por exemplo, o contexto ao qual eu pertencço e as possibilidades ou impossibilidades que vejo para meu futuro.

Baber (2006) ao analisar os *foregrounds* de estudantes paquistaneses que moravam na Dinamarca relata que estes viam suas perspectivas futuras como sendo diferentes das dos estudantes nascidos na Dinamarca. Para verem alguns futuros como sendo possíveis, estes estudantes compreendiam que seria necessário um desempenho escolar muito acima da média, já que a um estudante que mantivesse um desempenho entendido como sendo na média não teria as mesmas oportunidades de trabalho, por exemplo, que um estudante dinamarquês com o mesmo desempenho. Skovsmose (2018) faz uso deste exemplo para dizer dos *foregrounds* polarizados.

A polarização de *foregrounds* é um fenômeno sociopolítico, que pode acontecer para quaisquer grupos de pessoas que vivem em países estrangeiros. Pode se referir a quaisquer grupos de estudantes que foram estigmatizados através de discursos racistas ou presunçosos. Hoje, as hostilidades em relação aos imigrantes na Europa ganham cada vez mais força e, por conseguinte, a polarização dos *foregrounds* faz parte da realidade política que constitui a experiência de significado para muitos estudantes (p. 771).

Portanto, pertencer a um determinado grupo pode limitar a forma como os *foregrounds* são estabelecidos, principalmente por meio dos estereótipos que são socialmente construídos e ditam quem pode e quem não pode realizar determinadas tarefas e ocupar certos espaços.

Como foi retratado na roda de conversa, com uma maior participação das pessoas LGBTQIA+ seja na política ou na mídia, as novas gerações de participantes deste grupo têm a possibilidade de resignificar e ampliar seus *foregrounds* que podem ser limitados em relação a pessoas heterossexuais e cisgênero, mas que estão sendo pouco a pouco ampliados. Sendo assim, ao ver alguém que tem vivências e dificuldades semelhantes superando determinados obstáculos sociais, uma pessoa pode acreditar que esta superação também é possível para ela.

Ter a possibilidade de vislumbrar estas outras possibilidades é o que Skovsmose (2018) chama de *foregrounds* multiplicados. Além disso, ele ressalta que as aulas de matemática podem ser espaços para reconhecer, abrir espaço e ampliar *foregrounds* dos estudantes. Nesta perspectiva, concordando com o autor e acreditando que todo espaço de ensino de matemática como sendo propício para leitura e escrita de mundo com a matemática, na sequência da roda de conversa foi feito uso de uma investigação matemática para pensar a presença de grupos sub-representados em espaços políticos.

Representatividade política e matemática

Os participantes se organizaram em pequenos grupos para a atividade. Ficaram organizados da seguinte forma: Grupo 1 – Ana e Lucas; Grupo 2 – Karla, Gustavo e Nádia; Grupo 3 – Silvia, Carlos e José; Grupo 4 – Juliana, Mário, Tamires e Kelly; Grupo 5 – Camila, Olga e Manuela.

Foi entregue um roteiro para cada grupo contendo as orientações propostas para a investigação. O roteiro iniciava com duas perguntas: O que é representatividade? Quem me representa? Os participantes deveriam discutir e formular uma resposta do que pesaram nos pequenos grupos após a discussão geral do início. Acerca da primeira questão, disseram o que foi registrado no Quadro 1.

Quadro 1: Apontamentos sobre a questão: O que é representatividade?

| Grupos | O que é representatividade? |
|---------|---|
| Grupo 1 | É a atividade de uma pessoa ou grupo que conta com o apoio, suporte ou legitimação de indivíduos com características e interesses semelhantes entre si, para defesa e promoção desses interesses. |
| Grupo 2 | Representação do coletivo. |
| Grupo 3 | Conjunto de fatores que faz uma pessoa ou grupo se interligar com outra tendo suas atitudes e experiências de vida se espelhando em outra. |
| Grupo 4 | É você se sentir acolhido por alguém que você se identifica, onde você se sente confiante para ser quem você é. É como uma forma de liberdade. |
| Grupo 5 | Identificação, reconhecimento, ocupação de espaço, exposição, intelecto. |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nas respostas da questão “Quem me representa?” figuraram nomes como o deputado federal David Miranda, citado anteriormente, a cantora mulher Pepita, a artista Nany People e *youtubers*, como Rita Von Hunty, Ellora Haonne e Alexandra Gurgel. Para algumas pessoas, a ideia da representatividade extrapolou a identidade LGBTQIA+, portanto foram citados outros nomes como a ex-presidenta Dilma Rousseff e a deputada federal Sâmia Bonfim do PSOL que foram citadas pelas histórias de vida e apoio às pautas da comunidade LGBTQIA+. A partir desta indagação, foi lançada a questão do que alguém precisa ter, ser ou expressar para representar um determinado grupo? Esta pergunta foi discutida por Serafim e Santos (2008) e será mais bem abordada após a apresentação da investigação que se seguiu.

A roda de conversa continuou com a discussão de como os representantes políticos são realmente eleitos em uma democracia como a do Brasil, dita representativa e organizada através de partidos políticos. A maioria dos participantes apontou que não compreendia muito bem a

organização política brasileira, com exceção de Karla e Lucas, ambos graduados em direito, que relataram ter estudado esse tema durante a graduação.

Sendo assim, foram feitos esclarecimentos de forma coletiva sobre o governo brasileiro que é organizado em três poderes: executivo, legislativo e judiciário. Lucas e Karla neste momento puderam dizer como esses poderes são constituídos e a forma de acesso destes representantes nos espaços que ocupam. As discussões focaram no poder legislativo que funciona no Brasil em um sistema de bicameralismo, que busca descentralizar o poder. Temos a Câmara dos Deputados, cujos eleitos são entendidos como sendo representantes do povo e são escolhidos proporcionalmente pela população que cada estado possui, como especificado no Quadro 2, sendo 513 no total. O Senado Federal, onde atuam os senadores, representam os estados, sendo três para cada um deles, totalizando 81 (Quadro 2).

Quadro 2: Número de Deputados Federais por estado.

| Estado | Nº de deputados | Estado | Nº de deputados |
|--------------------|------------------------|---------------------|------------------------|
| Acre | 8 | Paraíba | 12 |
| Alagoas | 9 | Pernambuco | 25 |
| Amazonas | 8 | Piauí | 10 |
| Amapá | 8 | Paraná | 30 |
| Bahia | 39 | Rio de Janeiro | 46 |
| Ceará | 22 | Rio Grande do Norte | 8 |
| Distrito Federal | 8 | Rondônia | 8 |
| Espírito Santo | 10 | Roraima | 8 |
| Goiás | 17 | Rio Grande do Sul | 31 |
| Maranhão | 18 | Santa Catarina | 16 |
| Minas Gerais | 53 | Sergipe | 8 |
| Mato Grosso do Sul | 8 | São Paulo | 70 |
| Mato Grosso | 8 | Tocantins | 8 |
| Pará | 17 | Total | 513 |

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em informações do site oficial da Câmara dos Deputados.

Entretanto, vale ressaltar que apesar das eleições para os membros do legislativo serem diretas, como o sistema político brasileiro é organizado por partidos, existe a possibilidade de que um candidato mais votado que outro não seja eleito, enquanto o concorrente entre, pela distribuição de cadeiras partidárias. Quando esta discussão surgiu na roda de conversa, os participantes mostraram-se um pouco confusos sobre a forma como essa distribuição funciona. Uma reportagem do G1 das eleições de 2018 ajudou a exemplificar esta questão. Ela dizia, “dos 513 deputados eleitos na Câmara só 27 dependeram dos próprios votos para se eleger. O número representa 5,26% do total. Na chamada eleição proporcional, os eleitos precisam atingir o quociente eleitoral baseado nos votos próprios e de toda a coligação”.

Utilizamos um exemplo genérico para pensar este quociente eleitoral:

Denner: Primeiro, eles dividem o número de votos válidos (não incluem nulos e brancos) pelo número de cadeiras em disputa na Câmara. Por exemplo, se você tem 100 mil votos no estado de São Paulo e o estado tem direito a ter 10 cadeiras, o quociente eleitoral vai ser de 10 mil. Vamos pensar em um partido imaginário, o “SPLGBT”. Se esse partido teve 20 mil votos no total, ele tem direito a ter duas cadeiras. Logo, mesmo que o terceiro candidato com mais votos deste partido teve mais votos do que um outro candidato que foi eleito em outro partido com direito a mais cadeiras, ele não se elege, já que as vagas são por este sistema.

Enquanto este assunto foi explicitado, algumas operações e números foram sendo colocados na lousa e acompanhadas por todos. Esta é uma questão importante de ser levada em consideração já que quando ao votar em um candidato que não foi eleito, de certa forma, pode se colaborar para eleger outro candidato mais votado deste mesmo partido. Portanto, não se vota apenas em uma pessoa, mas em propostas de um partido como um todo.

Prosseguindo com a atividade, os participantes tinham em sua frente uma folha com 513 quadradinhos que representavam as cadeiras da Câmara dos deputados. Com caixas de lápis de cor em mãos, os grupos deveriam pintar inicialmente como acreditam que a Câmara estava configurada na gestão de 2019 a 2022 em termos de diversidade de grupos e elaborassem uma legenda indicando o que cada cor representaria.

Uma das dificuldades iniciais apresentadas pelos participantes foi: como representar as pessoas se elas não são “uma coisa só”? Por exemplo, se fosse representar uma mulher negra e lésbica, como retrataria estas 3 características? Seria melhor pintar com 3 cores diferentes ou escolher uma única cor para representar pessoas pertencentes a todos esses grupos? Os participantes foram instruídos a resolverem este problema da forma como preferissem.

Neste momento, Olga evidencia acreditar que a maioria da Câmara dos Deputados ser constituída por homens brancos, uma vez que diz:

Olga: Eu acho que o “homem branco” vamos deixar sem pintar já que são muitos.

Denner: Acredita que são tantos assim?

Olga: Com certeza. Assim economizamos tempo.

Os grupos puderam discutir o assunto e pintar da forma como preferiram. Depois, pedi para que compartilhassem com todos os resultados de cada grupo. Para exemplificar, apresentamos a Figura 2 pintada pelo Grupo 1⁸.

⁸ Para conferir as produções dos demais grupos, veja Barros (2021).

Figura 2: Figura pintada pelo Grupo 1.



Fonte: Acervo do pesquisador.

Os participantes definiram suas legendas seguindo critérios estabelecidos dentro de cada grupo. O Quadro 3 apresenta os grupos sociais que foram listados por cada um dos grupos durante a roda de conversa.

Quadro 3: Categorias escolhidas por cada grupo.

| Grupo | Categorias escolhidas para a legenda (cor pintada) |
|-------|---|
| 1 | <ul style="list-style-type: none"> • Mulheres (rosa) • Mulheres negras (rosa e preto) • Homens negros (preto) • Homens LGBTQIA+ (roxo) • Indígenas (verde) • Evangélicos (azul) • Homens brancos heterossexuais (branco) |
| 2 | <ul style="list-style-type: none"> • Mulheres (rosa) • Pessoas negras (azul) • LGBTQIA+ (vermelho) • Indígenas (verde) • Homens brancos heterossexuais (branco) |
| 3 | <ul style="list-style-type: none"> • Homens (azul escuro) • Mulheres (azul claro) • LGBTQIA+ (rosa) • Indígenas (amarelo) |
| 4 | <ul style="list-style-type: none"> • Mulheres brancas (rosa) • Mulheres negras (amarelo) • Homens negros (verde claro) • LGBTQIA+ (vermelho) |

| | |
|---|---|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Indígenas (verde escuro) • Homens brancos heterossexuais (branco) |
| 5 | <ul style="list-style-type: none"> • Pessoas negras (preto) • LGBTQIA+ (rosa) • Indígenas (verde) • Mulheres (roxo) • Homens brancos heterossexuais (branco) |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Algumas categorias diferentes e interseções foram pensadas por alguns grupos enquanto por outros não foram levadas em consideração. Vale destacar que os homens brancos e heterossexuais, grupo majoritário no cenário político, foram representados por todos os grupos. Além disso, ao pensar as questões de gênero, os participantes não indicaram em um primeiro momento a presença de pessoas trans e não-binárias. Os participantes chegaram a comentar que não tinham conhecimento de pessoas que se autodeclarassem de tal forma até então⁹. Para pensar os números apresentados na atividade, vamos ver o Quadro 4 que apresenta as categorias comuns para todos os grupos e a quantidade de pessoas pertencente a cada grupo listado na investigação por grupo em comparação com dados reais divulgados pela própria Câmara dos Deputados.

Quadro 4: Comparativo de dados oficiais entre o número de Deputados (recorte por raça, gênero e sexualidade) em relação à opinião dos grupos sobre a realidade.

| | Homens cis | Mulheres cis | Branco | Negros | Indígenas | LGBTQIA+ | Cisgênero-heterossexuais |
|--|------------|--------------|--------|--------|-----------|----------|--------------------------|
| Dados oficiais da Câmara dos Deputados | 436 | 77 | 387 | 125 | 1 | 1 | 512 |
| Grupo 1 | 498 | 15 | 503 | 8 | 2 | 3 | 510 |
| Grupo 2 | 447 | 66 | 502 | 9 | 2 | 12 | 501 |
| Grupo 3 | 483 | 30 | 503 | 9 | 1 | 3 | 510 |
| Grupo 4 | 503 | 10 | 502 | 9 | 2 | 7 | 506 |
| Grupo 5 | 463 | 50 | 477 | 3 | 3 | 11 | 502 |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Vale destacar que, nesta atividade, o grupo 3 não fez uso de números exatos. Os integrantes pintaram círculos do tamanho que imaginavam a presença destes grupos na Câmara dos Deputados¹⁰. O número apresentado no quadro é uma estimativa baseada na quantidade de quadrados preenchida desta forma.

Fazendo uma comparação entre os números oficiais e os apresentados pelos grupos,

⁹ As primeiras representantes trans na Câmara dos Deputados foram eleitas apenas em 2022 e foram Érika Hilton (PSOL – SP) e Duda Salabert (PDT – MG).

¹⁰ A imagem está disponível em Barros (2021, pág. 149).

vemos que em relação à presença de mulheres e pessoas negras na Câmara dos Deputados, imaginaram que a representação seria menor do que realmente é, isso em decorrência do estereótipo de “político” que temos atualmente. Mesmo o cenário sendo mais representativo do que o esperado pelos grupos, em termos de representatividade desses dois grupos, eles estão longe de retratar a realidade brasileira, onde mulheres e pessoas negras são maioria numérica em relação aos homens e brancos.

A respeito do número de pessoas indígenas, foi eleita em 2018 apenas a deputada Joenia Wapichana do Partido Rede Sustentabilidade (REDE). Os números apresentados pelos participantes não mostram que acreditam ter uma grande representatividade deste grupo, apesar de apenas o grupo 3 dizer de uma única representante, os demais apresentaram no máximo mais dois representantes deste grupo. A comunidade LGBTQIA+, em uma situação semelhante aos indígenas, possui apenas um representante, David Miranda. Alguns grupos, apesar de representarem um número ainda pequeno de candidatos (11 ou 12) ainda foram otimistas quanto ao número, já que a representação é ainda menor.

Neste momento, foram apresentados os dados da população. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 2018, temos 44,1% de pessoas declaradas como brancas no Brasil, 0,47% pessoas indígenas e 55,43% são declarados como pessoas negras (pretas ou pardas). A porcentagem de mulheres é de 51,7%. De acordo com dados da pesquisa do IBGE em 2022, temos 12% da população declarando-se como LGBTQIA+. Realizando o cálculo da porcentagem de deputados e deputadas da Câmara durante a roda de conversa, obtemos os resultados que estão sistematizados no Quadro 5.

Quadro 5: Comparação entre dados da população brasileira e a participação dos grupos sub-representados na Câmara dos Deputados.

| | Homens | Mulheres | Branco | Negros | Indígenas | LGBTQIA+ | Cisgênero-heterossexuais |
|----------------------|--------|----------|--------|--------|-----------|----------|--------------------------|
| População brasileira | 48,3% | 51,7% | 44,1% | 55,43% | 0,47% | 12% | 88% |
| Câmara dos Deputados | 85% | 15% | 75,5% | 24,3% | 0,2% | 0,2% | 99,8% |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao se depararem com esta comparação, os participantes ficaram surpresos com a discrepância entre a participação destes grupos e a relação com os dados da população brasileira. Os participantes tiveram dificuldade de pensar imediatamente em uma

representatividade ideal, mas por esta discrepância em relação à população brasileira, foi unânime a opinião de que a presença de mulheres, pessoas negras, indígenas e comunidade LGBTQIA+ deveria ser maior, já que a Câmara dos Deputados é (ou deveria ser) espaço de representação do povo brasileiro.

Sendo assim, foi solicitado que voltassem para os grupos e refletissem como seria a Câmara dos Deputados ideal em termos de representatividade, a partir dos critérios que julgassem ser importantes. O Quadro 6 apresenta os dados resultantes desta atividade.

Quadro 6: Número de deputados (recorte por raça, gênero e sexualidade) em relação à opinião dos grupos sobre como deveria ser.

| | Homens cis | Mulheres cis | Brancos | Negros | Indígenas | LGBTQIA+ | Cisgênero - Heterossexuais |
|-------------------------------|------------|--------------|---------|--------|-----------|----------|----------------------------|
| Dados da Câmara dos Deputados | 436 | 77 | 387 | 125 | 1 | 1 | 512 |
| Grupo 1 | 329 | 184 | 283 | 207 | 23 | 65 | 448 |
| Grupo 2 | 283 | 230 | 368 | 138 | 7 | 138 | 375 |
| Grupo 3 | 359 | 154 | 405 | 99 | 9 | 161 | 352 |
| Grupo 4 | 191 | 322 | 285 | 206 | 22 | 76 | 437 |
| Grupo 5 | 391 | 122 | 214 | 207 | 92 | 92 | 421 |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Podemos ver que em todos os grupos foi apresentado como ideal um cenário com maior representatividade de grupos que não se fazem tão presentes na realidade. Todos os grupos trouxeram uma presença maior de mulheres do que a realizada. Apenas o grupo 3 não retratou um número maior de pessoas negras, mas trouxe um grande número de pessoas LGBTQIA+. Alguns grupos buscaram uma equiparação maior com os dados apresentados sobre a população brasileira. Outro fator levado em consideração pelos participantes foi a necessidade de uma maioria no momento das votações para a aprovação de propostas.

Mesmo sendo um espaço para idealizar uma representação ideal, alguns grupos relataram que não indicaram números grandes para os grupos sub-representados por “ser utópico demais”. Portanto, ampliaram a representatividade “dentro do que seria possível”.

Este exercício de pensar em uma representatividade ideal e justa é complexo. Steiner (1988) refletiu acerca de modelos matemáticos que refletem a matemática dos sistemas de votação em diferentes contextos para a eleição de representantes. O autor ressalta que realizar este processo de construção dos modelos com os estudantes colabora com o entendimento de como todo o sistema político é construído.

Ao longo da investigação algumas considerações foram ponderadas, por exemplo,

quando Olga disse que gostaria de uma Câmara dos Deputados 100% constituída por mulheres, mas que as demais participantes contestaram esta proposta, dizendo ser impossível dada a forma como está constituída agora. Neste momento tornam-se pertinentes reflexões, como: O que uma representação 100% feminina garante? Esta inversão de papéis seria a solução para os problemas que temos em relação à representatividade?

Representatividade importa, mas que representatividade é essa?

Uma análise numérica foi importante acerca da representação para compreendermos como se dá o acesso de diferentes grupos aos processos de tomada de decisão e refletir sobre o poder da maioria de votos dentro da Câmara dos Deputados. Sendo assim, a roda de conversa seguiu com uma reflexão qualitativa sobre a representatividade.

Quando questionados se o fato de uma pessoa ser LGBTQIA+ já significa que ela representa o grupo, todos os participantes foram unânimes em dizer que não. Então, o que mais é necessário?

Olga: As afinidades de valores e discursos.

Camila: Se tiver falando de política, acho que competência.

Lucas: Precisa ter o apoio do grupo que essa pessoa representa.

Denner: Considero muito importante o que a Silvia disse anteriormente quando escolheu uma pessoa que representa ela não pelo corpo, mas pelas ideias, pelo discurso e posicionamento. A representatividade está ligada a tudo isso, mas o corpo também é importante?

José: Também.

Silvia: Porque o corpo é quem a gente é. Então, para mim é importante ter uma mulher negra lá. É um corpo de uma mulher negra. Uma pessoa trans também. É importante, porque é o corpo de uma pessoa trans ali em cima falando para outra pessoa trans.

Denner: Corpos que muitas vezes são alvo justamente por serem como são. Quando falamos de crimes de ódio, o alvo muitas vezes é o corpo e as expressões desse corpo.

José: O corpo é histórico, mas também temos que tomar cuidado, pois algumas vezes um homem negro que não tem os mesmos discursos do movimento negro pode não o representar. O corpo está ali, mas o discurso está longe de ser representativo.

Young (2006) discute essa representação do corpo. A autora afirma que se bastasse o fato de pessoas terem atributos específicos para serem representativos, seria mais fácil pegar uma amostragem aleatória e não fazer todo um processo eleitoral para a escolha dos representantes. Ela acrescenta que o fato de se sentir representado acontece quando: alguém cuida dos interesses que entendo como sendo próprios e que são compartilhados com algumas pessoas; os princípios, valores e prioridades que são particularmente importantes, também

direcionam as decisões políticas deste representante, suas falas em discussões e deliberações; as deliberações e discussões políticas captam e expressam as experiências sociais que pessoalmente dizem respeito em razão da posição social de alguém em um grupo e das relações deste grupo na sociedade.

Sendo assim, podemos retomar o exemplo da câmara dos deputados 100% feminina. Considerando que a representatividade leva em conta todos estes outros aspectos, é provável que ao menos algumas deputadas apresentariam ideias que divergem de pautas do movimento feminista, mas com uma maior representatividade, as chances de terem mais representantes que defendam pautas importantes para o grupo seriam ampliadas.

Neste sentido, vemos a importância da representatividade associada ao lugar que ocupamos na sociedade, ou como Ribeiro (2017) define, o “lugar de fala”. Sentir-se representado por pessoas que vivenciaram e ainda vivenciam os mesmos desafios é importante para que sejam mobilizadas transformações na sociedade que levem em consideração as necessidades dos mais diferentes grupos e não apenas um em detrimento de outros.

A possibilidade de os grupos sub-representados estarem nestes espaços políticos permite que os interesses e perspectivas futuras destas pessoas possam ser ampliadas. Já que interesse é “aquilo que afeta ou é importante para os horizontes de vida dos indivíduos ou para as metas das organizações. Um agente individual ou coletivo tem interesse naquilo que é necessário ou desejável para que sejam alcançados os fins que almeja” (YOUNG, 2006, p. 158).

Em um país em que a LGBTfobia mata, fazendo do Brasil um dos recordistas em crimes de ódio contra pessoas de sexualidades e gêneros dissidentes, a necessidade de representatividade é uma luta diária para transformação dessas estatísticas através da implementação de políticas públicas em defesa desse e dos demais grupos sub-representados.

A roda de conversa continuou com a exibição de um vídeo que apresentava uma das reuniões da Câmara dos Deputados do estado de São Paulo. Nela, um dos deputados parabenizava um projeto de lei que buscava proibir que pessoas transgênero pudessem utilizar banheiros de acordo com sua identidade de gênero, dizendo inclusive que seria capaz de agredir uma mulher trans se utilizasse o mesmo banheiro que outra mulher de sua família. Os participantes da roda de conversa observaram a fala indignados. Quando o deputado concluiu, a deputada estadual Érica Malunguinho assume o microfone e traz a perspectiva de uma mulher trans sobre o assunto prezando pelo respeito e valorização das diferenças.

Denner: O que este discurso (da Érica Malunguinho) desperta em vocês?

Silvia: Força para lutar cada dia mais.

Olga: Eu volto na ideia da inspiração. Inspiração e esperança. Por ter uma voz

enfrentando a outra voz que apareceu anteriormente. Tem o combate. Nós não estamos ouvindo as atrocidades que foram ditas antes e se calando.

Denner: Se ela não tivesse lá, vocês acreditam que o primeiro discurso poderia ser o único?

José: Provavelmente.

Olga: Ele não seria combatido.

José: [...] A Erica vai se levantar e falar, porque as falas atingiram diretamente ela. Daí a importância do corpo ali em cima. Mais uma vez, gostaria de ressaltar a importância de nos informarmos, porque não podemos cair na provocação de responder na briga e na gritaria. Se eu quero me apresentar contrário a um recurso, preciso ter argumentos.

Finalizamos com a leitura do texto “Uma mulher negra no poder incomoda muita gente” de Djamila Ribeiro (2018). As discussões se encerraram com os participantes ressaltando a necessidade de mais discussões da participação da comunidade LGBTQIA+ e a importância da desnaturalização das relações de opressão que ainda se fazem muito presentes na sociedade.

Com estas discussões realizadas na roda de conversa foi possível refletir a matemática da votação, a representatividade de grupos oprimidos nos espaços políticos, pensar em um cenário ideal e modos de alcançá-lo (ou aproximar-se dele). Toda esta análise foi permeada pelos preceitos da leitura e escrita de mundo com a matemática, afinal os dados e procedimentos matemáticos estiveram presentes nas reflexões e foram fundamentais para que pudéssemos olhar de forma crítica para o contexto que foi investigado coletivamente.

Considerações finais

Durante a roda de conversa, foram feitas reflexões acerca de como o nosso cenário político está organizado e levantadas possibilidades para um contexto mais favorável para os grupos oprimidos. A matemática teve papel fundamental na realização da atividade, pois possibilitou que pudéssemos analisar o panorama atual da representatividade de grupos sub-representados, estabelecer comparações com a população brasileira e também refletir sobre um cenário ideal, para que, a partir dele, possam ser traçados caminhos para mudanças, ou seja, como uma forma de leitura e escrita do mundo com a matemática.

Além disso, foi através da matemática que refletimos como se dá o processo eleitoral e o sistema de eleição por cadeiras partidárias (desconhecidos por muitos em profundidade) em um sistema democrático dito representativo que possui suas fragilidades quando pensamos em um modo de representação que realmente contemple as necessidades e perspectivas de grupos diferentes.

Ao lançar um olhar para o futuro da comunidade LGBTQIA+ nos espaços políticos,

apesar de tantos contrapontos, o número de candidaturas LGBTQIA+ está crescendo. Para as eleições do ano de 2020, houve recorde de inscrições de pessoas pertencentes a este grupo. De acordo com o levantamento da Aliança Nacional LGBTI+ Foram 411 inscrições realizadas de pré-candidatos LGBTQIA+ e 24 outros candidatos que apoiam abertamente as pautas desta comunidade, enquanto em 2016, eleição anterior para os municípios foram 215, 173 candidatos em 2012 e apenas 81 em 2008.

Nas eleições de 2022, tivemos a eleição de 18 pessoas LGBTQIA+, dessas 16 são mulheres, 14 são negras e 5 são trans. De acordo com o site “Vote LGBT”, as candidaturas de pessoas LGBTQIA+ receberam 3,5 milhões de votos no total. Esperamos que este número ainda se amplie e que possamos ter mais pautas sendo aprovadas para que nos *foregrounds* das pessoas LGBTQIA+ possa se vislumbrar uma sociedade que respeite a diversidade sexual e de gênero.

Este deve ser um compromisso de todo cidadão e papel de todo educador que luta por uma sociedade mais justa. Proporcionando uma Educação cada vez mais crítica, teremos uma representatividade política que seja mais condizente com a realidade brasileira com representantes que levem em consideração as pautas dos grupos sub-representados, para que justamente não se enquadrem mais nesta categoria e possam participar devidamente dos processos de tomada de decisão nos espaços políticos e em todos os outros.

Referências

BABER, S. A. Investigating the Interactions of Foregrounds and Backgrounds of Pakistani Danish Students in Denmark and Learning of Mathematics. In: LAURSEN, E. et al. (Ed.). **Tanker til tiden: Om studier af læring**. Aalborg: Aalborg Universitet Forlag, 2006, p. 181-201.

BARROS, D. D. **Leitura e escrita de mundo com a matemática e a comunidade LGBT+:** as lutas e a representatividade de um movimento social. 2021. 283p. Tese (doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2021. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/215761>>. Acesso em: 19 de jan. de 2023.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê:** assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/dossie-assassinatos-e-violencias-contr-travestis-e-transexuais-brasileiras-em-2022>. Acesso em: 14 mar. 2023.

GUTSTEIN, E. **Reading and writing the world with mathematics:** toward a pedagogy for social justice. New York: Routledge, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**, 2018.

MOURA, A. Q.; FAUSTINO, A. C. ERIC GUTSTEIN E A LEITURA E ESCRITA DO MUNDO COM A MATEMÁTICA. **Revista Paranaense de Educação Matemática**, v. 6, n. 12, p. 10–17, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/rpem/article/view/6088>. Acesso em: 14 mar. 2023.

PEREIRA, C.F. Barreiras à ambição e à representação política da população LGBT no Brasil. **Revista Ártemis**, Vol. XXIV, nº 1, jul-dez, 2017, p.120-131.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SERAFIM, L.; SANTOS, A. **Representação e representatividade nos espaços de participação cidadã**. Adaptação da publicação “Enfrentando os desafios da representação em espaços participativos”, de Monica Dowbor, Peter Houtzager e Lizanda Serafim. São Paulo, CEBRAP: IDS, 2008.

SKOVSMOSE, O. Interpretações de Significado em Educação Matemática. **Bolema**, vol.32, n.62, Rio Claro, 2018.

STEINER, H. G. **Mathematization of voting systems: some classroom experiences**. International Journal of Mathematical Education in Science and Technology, 1988.

VOTE LGBT. **Eleições 2022**. Disponível em: <https://votelgbt.org/2022>. Acesso em: 20 out. 2022.

YOUNG, I.M. **Representação política, identidade e minorias**. Lua Nova, São Paulo, 2006, vol. 67, p.139-190.

Recebido em: 31 de outubro de 2022
Aprovado em: 07 de março de 2023